

# **Angola: Consolidação da Paz Através da Ajuda e do**

## **Desenvolvimento**

### **Introdução**

Quando a paz chegou em Angola no princípio de 2002, para muitos, senão para todos, este momento crucial na história de Angola veio como uma surpresa. Conforme nos anos anteriores, o Governo e a Comunidade Internacional tinham desenvolvido os seus programas de assistência baseados na suposição de que a Guerra continuaria. Nenhuma preparação tinha sido feita para enfrentar os desafios de uma situação radicalmente nova.

Naquela altura, a crise humanitária em Angola tinha-se tornado uma das mais desafiantes no mundo. Ficou claro de que a paz não levaria rapidamente a desenvolvimentos dessa situação. De facto, já houve depois, indicações de que, o oposto seria o caso. Dois grandes grupos necessitando de assistência tiveram de ser acrescentados ao número já impressionante de pessoas vulneráveis / desfavorecidas. O primeiro grupo referia-se àquelas pessoas que, por uma variedade de razões não tinham sido acessíveis durante a Guerra e o Segundo grupo foi dos soldados desmobilizados e suas famílias. Isso levou alguns meses antes de um quadro mais claro que surgiu em relação ao tamanho / à amplitude, aos níveis de composição e vulnerabilidade desses grupos. Em ambos casos, as avaliações realizadas durante o meio do ano, revelaram que esses dois grupos eram muito maiores do que se estimou originalmente, com o número de pessoas recentemente acessíveis, cerca de 800.000 e o número de desmobilizados e suas famílias, por volta de 400.000. É interessante observar que na altura da assinatura do acordo de cessar-fogo entre o Governo e a UNITA, em Abril de 2002, o número de combatentes a serem

desmobilizados foi estimado em 50.000. Esta cifra aumentou muito rapidamente durante os meses seguintes, para atingir-se eventualmente um total que esteja justamente acima dos 100.000.

O período de (Maio-Junho de 2002) durante o qual as Agências das NU e as ONGs em conjunto com as autoridades Provinciais realizaram a chamada Avaliação Rápida de Necessidades Críticas (RACN'S) foi também utilizado pelas Agencias das Nações Unidas e pelas ONGs para fortalecer a sua planificação e capacidade de entrega. Durante aquele mesmo período, a comunidade de doadores foi dando toda a informação necessária sobre a situação humanitarian em geral e aumentou os requisitos de financiamento.

Como resultado, as operações humanitárias duplicaram-se praticamente no final de 2002. Em comparação com o ano anterior de 2001, o número de pessoas deslocadas internamente, tinha aumentado ainda mais. Isto aconteceu em parte como resultado das estratégias tencionadas a privar os combatentes da UNITA de comida e outras formas de ajuda, o que tinha forçado as populações a saírem das áreas planificadas.

Muitos Angolanos e outras pessoas podem ter esperado ver um rápido desenvolvimento da situação humanitarian e possivelmente também melhorias significativas das condições sócio-económicas em geral, logo depois das hostilidades terem chegado ao fim. Contudo, isso tornou-se logo claro de que dado o nível de devastação e grandeza da catástrofe humanitarian, não se podia esperar uma recuperação em grande velocidade.

Enquanto que a Guerra foi definitivamente a principal causa para as condições horrorizantes em que quase um quarto da população do país se encontra, a negligência, a má gestão e a falta de investimento nos sectores sociais e produtivos, foram certamente, os

factores contribuintes importantes. Por outras palavras, isto tornou-se claro de que um exame de questões estruturais foi tão importante como uma avaliação da situação humanitária.

Pelos meados de 2002, fez-se uma estimativa de que levaria um ano e meio para completar a primeira fase do processo de “normalização”, significando que no fim de 2003, a maioria, senão todos os deslocados internos, refugiados, bem como os soldados desmobilizados e suas famílias teriam tanto retornado às suas áreas de origem, como ter-se-iam estabelecido nas áreas de sua escolha / preferência.

Logo depois da assinatura do acordo de cessar-fogo, a discussão começou a focalizar sobre o reassentamento, a reintegração, a reconstrução, a recuperação e o desenvolvimento. Todavia, as políticas, os planos e as estratégias existentes tinham sido todas desenvolvidas assumindo que o conflito em Angola continuaria por um futuro imprevisível. O Governo começou a prestar mais atenção a médio e longo prazo, mas notou quase cedo que mais preocupações imediatas requereria grande parte da sua atenção e energia. Todavia, o Governo deu o arranque e realizou uma série de estudos sectoriais com a ajuda do Banco Mundial que tinha, entretanto reactivado os seus programas e a sua presença no país.

O governo anunciou também que planificou organizar uma conferência de doadores. Essa conferência consistiria em duas partes, a primeira que lidaria com as necessidades humanitárias imediatas e as de reassentamento, a segunda parte que trataria das questões de reconstrução e desenvolvimento. Embora que não foram mencionadas datas claras, a

ideia parece ter sido de realizar a primeira reunião no fim de 2002 e a segunda reunião, tanto um ano depois, como no princípio de 2004.

## **A Transição**

Não é fácil definir o que significa a transição, em termos de exactamente que questões devem ser abordadas e se possível serem resolvidas durante o período de transição, nem é fácil tentar calcular o tempo que seria necessário para completar o processo.

Uma transição pós-conflito podia ser dividida em três fases:

### **Primeira Fase : Negociações, planificação e preparação**

Na maioria dos casos, a transição inclui o chamado processo de paz, por outras palavras, o período durante o qual as partes negociam um acordo oficial. Tal processo é geralmente facilitado / moderado por uma terceira parte. Essa última, normalmente, é a parte mais importante da transição já que oferece uma oportunidade às partes de alcançarem acordos, não apenas em questões militares e políticas, mas providencia também oportunidades para se desenvolver planos e programas que abordariam as actividades prioritárias a serem realizadas a partir da altura em que tal acordo é alcançado. Desenvolve-se depois um calendário em que uma das últimas actividades a ser levada a cabo, a realização de eleições caracteriza-se sempre como sendo proeminente.

### **Segunda Fase: Implementação e consolidação**

Uma segunda fase é o período durante o qual se implementam as acções e os programas que foram acordados. Essas acções e esses programas incluiriam tipicamente a desmobilização, o desarmamento e a reintegração de antigos combatentes, o regresso e reassentamento de refugiados e IDP's. Além disso, as questões de vulnerabilidade de

populações, o fornecimento de serviços básicos e a remoção de principais obstáculos que impedem o processo de 'normalização' seriam inclusos. Dependendo dos níveis de destruição e devastação, os programas de prioridade referir-se-iam também ao registo de cidadãos, acção de minas, restauração dos serviços básicos de saúde e reparação de infra-estruturas físicas essenciais.

### **Terceira Fase: Saída e Princípio para abordar a pobreza**

Uma terceira fase podia ser o tempo durante o qual os programas são implementados com vista ao estabelecimento de uma base sólida para o desenvolvimento sócio-económico sustentável. Por outras palavras, a criação de um ambiente que possibilita, o que permitiria as populações começarem a gozar vidas saudáveis e produtivas. Se as eleições tivessem sido acordadas e planificadas, as mesmas seriam realizadas exactamente no fim desse período.

No caso de Angola, o cenário acima descrito não se aplica. A primeira fase importante está em falta. A paz não é resultado de negociações, mas é consequência de uma vitória militar. O processo não é mediado por uma terceira parte. Não existe nem preparação, nem planificação para as próximas fases. Só depois de se ter designado a MOU entre o Governo e a UNITA é que começa a planificação à curto prazo. Ao mesmo tempo, a situação humanitária requeria intervenções realçadas.

Contudo, muito mais importante tem sido a falta de negociações e diálogo, e essa parte em falta da equação parece ter alcançado mais consequências. Tendo sido capaz de alcançar a paz por suas próprias formas, parece indicar ao Governo que não há necessidade de envolver tanto as outras partes nas suas discussões no futuro. O antigo inimigo é

considerado como sendo fraco e agora em grande escala dependente da generosidade do Governo. A oposição já nesta oficialmente representada no Parlamento. A oposição encontra-se até representada no Governo, que é o Governo de Unidade Nacional. O conceito de sociedade civil é problemático (quem é que essas pessoas / esses deputados representam?). A comunidade Internacional, particularmente a missão das Nações Unidas não têm sido muito eficazes ou úteis (ao contrário da oposição, na opinião de muitos em Angola). A colaboração e a assistência a partir dessas outras partes, podem, portanto, ser bem vindos, desde que sejam providenciadas só nos prazos do governo.

O Governo atribui depois a responsabilidade, tanto para a planificação de uma implementação em relação à uma Missão, cujo nome é mudado para reflectir a nova situação e que consiste em focalizar na integração social e produtiva dos desmobilizados e IDP's. A prioridade é definitivamente dada aos soldados desmobilizados, os quais o governo por razões óbvias gostaria de reassentar o mais rapidamente possível. Durante o memorando de 2002, o Governo anuncia em diversas ocasiões os prazos finais, antes dos quais se devia efectuar o regresso e o reassentamento de pessoas nessa categoria.

Existe ainda uma questão que de algum modo complica as coisas, o Protocolo de Lusaka. Nem todas as acções e todos os acordos previstos sob este Protocolo foram até então trazidos a uma conclusão. Contudo, o Protocolo requiere um envolvimento activo, não só da UNITA, mas também das Nações Unidas e da chamada Tróica (Portugal, Rússia e Estados Unidos).

Depois da MOU ter sido indicada, todas as partes começam a lidar com uma agenda complicada e mais cheia. Dada a grandeza / imensidão e complexidade das tarefas a serem realizadas, e o facto de todos os parceiros estarem a passar por uma situação / actividade

nunca experimentada ou tentada antes, a criação de um sistema de coordenação pró-activo e forte em que todos participam, teria sido uma coisa boa e lógica a fazer. Isto não aconteceu. As diferentes partes começaram a desenvolver as suas próprias agendas, focalizando naquelas partes dos problemas que eles consideraram ser importantes e prioritários.

O Governo concentrou-se nos antigos combatentes e suas famílias, no Protocolo de Lusaka e na reabilitação e no desenvolvimento. As Nações Unidas no seu futuro papel (político) e na possível contribuição que fariam para trazer a questão do Protocolo de Lusaka a uma conclusão aceitável. A Comunidade Humanitária teve como foco as crises humanitárias imediatas. A UNITA concentrou-se no Protocolo de Lusaka e na situação e nas condições dos seus antigos combatentes.

Logo depois da nomeação da MOU entre o governo e a UNITA, observa-se uma situação caracterizada por uma gestão de crise, bem como por uma tentativa e metodologia erradas. approach.

## **Reacção e Acção da Comunidade Humanitária na Segunda Fase**

Por meados de 2002, tinha-se tornado claro de que as três questões principais que necessitaram de ser resolvidas referiam-se a: **a)** retorno e reassentamento; **b)** vulnerabilidade (principalmente como resultado da malnutrição); e **c)** falta de serviços básicos. Em busca de argumento podia-se dizer que uma vez que esses problemas fossem abordados adequadamente, as populações achar-se-iam numa situação de relative normalidade, no sentido de que ter-se-iam estabelecido em lugares com condições estáveis, onde seria possível atingir melhorias graduais no seu padrão de vida.

Tendo em conta o grande número de pessoas envolvidas, foi também claro de que resolver os problemas do regresso e do reassentamento levaria um tempo considerável. Conforme se indicou anteriormente, nesse ponto levantou-se a questão de que o processo de retorno e reassentamento podiam ser concluídos no final de 2003. A primeira prioridade foi atribuída ao assunto da vulnerabilidade e durante o segundo semestre de 2002, a Comunidade Internacional tentou muito arduamente encontrar soluções adequadas e duradouras. Enquanto que se fez um progresso significativo, a situação requeria monitoria constante e mecanismos rápidos de resposta, particularmente com respeito àqueles deslocados ao nível interno que tinham decidido regressar para as suas aldeias. Como o regresso foi sempre espontâneo e para os locais em que os serviços básicos ainda não se faziam sentir, muitos dos retornados encontraram-se depois de algum tempo novamente em circunstâncias muito difíceis.

No fim de 2002, perto de um milhão de pessoas deslocados ao nível interno tinham regressado para as suas zonas de origem. Esperava-se que esse processo de regresso chegaria a uma interrupção durante a estação chuvosa. Isso não aconteceu, embora que certas cifras tivessem decaído. Nessa base da experiência de 2002, podia-se esperar que no fim de 2003, a maioria, senão todos os deslocados internos teriam regressado às terras de origem, ou teriam encontrado um lugar para se estabelecerem.

Na altura, discutiram-se os cenários de possível regresso para os refugiados. Tendo em conta a destruição e a devastação, particularmente nas províncias longínquas para onde a maioria dos refugiados regressariam, pareceu lógico não apressar o retorno organizado de refugiados, enquanto se reconhecia que haveria sempre um pequeno número que

regressaria espontaneamente. Portanto, isso pareceu igualmente que o regresso organizado de refugiados teria lugar durante o segundo semestre de 2003 em vez de mais cedo.

Em relação aos soldados desmobilizados e as suas famílias, tinha-se tornado muito claro que o Governo queria fechar as zonas de acantonamento (das quais por aquela altura, havia 36) o mais rápido possível. Como a estação chuvosa não seria conducente à execução de um regresso e de um plano de reassentamento eficazes, esperavam-se realizar os principais movimentos dos desmobilizados e suas famílias no segundo trimestre de 2003.

O cenário mais provável de regresso e reassentamento para 2003 em termos amplos previram, portanto, o movimento dos desmobilizados durante o primeiro semestre do ano, o movimento dos refugiados durante o segundo semestre do ano, e o movimento dos IDP's durante todo o ano. Este cenário foi utilizado no desenvolvimento e na preparação do Apelo consolidado para 2003 (CAP de 2003).

Durante a preparação do CAP de 2003, discutiu-se a possibilidade de incluir também um capítulo especial que trata dos esforços da recuperação e reabilitação. Por outras palavras, o CAP de 2003 combinaria a recuperação humanitária e inicial, bem como as necessidades de reabilitação. Esse seria o último CAP, assinalando a aceitação (e o desejo) da comunidade internacional, de que a crise humanitária teria sido ultrapassada no final de 2003.

É necessário observar a reacção do Governo em relação a essas idéias. O Governo apreciou e concordou com a ideia do CAP de 2003, sendo o último. Houve também um acordo amplo em relação à calendarização dos cenários do regresso e de reassentamento

para as três categorias principais dos deslocados. Contudo, o Governo opôs-se fortemente no que concerne à inclusão de um programa de recuperação-reabilitação no CAP, principalmente porque o Governo desejava manter o “controlo” sobre a planificação de reconstrução-recuperação-reabilitação e a execução do programa. No fim de 2002, o Governo tinha também decidido alocar e transferir um montante de 20 milhões de Dólares Americanos para cada província para permitir às autoridades provinciais implementarem a primeira prioridade de infra-estruturas e projectos de serviços básicos. Os detalhes concernentes a quando esses financiamentos estariam realmente disponíveis e uma vez recebidos, como é que as autoridades provinciais gastá-los-iam, não estiveram disponíveis.

Embora que a Segunda Fase ainda não chegou ao fim, nessa altura, poucas conclusões podiam ser tiradas.

1. Apesar do facto de que poucos tinham antecipado o fim do ano, as Agências das Nações Unidas e as ONGs foram capazes de aumentar o seu pessoal e expandir as actividades humanitárias e a cobertura.
2. As Agências and ONGs introduziram uma medida suficiente de flexibilidade, permitindo-lhes reagir a uma situação constantemente em mudança.
3. As Agências and ONGs coordenaram bem os seus planos e as suas actividades, particularmente ao nível provincial.
4. Os Doadores foram regularmente fornecendo informações e respondendo bem aos novo salvos de financiamentos regularmente actualizados.
5. Milhões de Angolanos regressaram aos seus locais de origem.

6. O regresso e o reassentamento foram seriamente dificultados pelas infra-estruturas degradadas, pela presença de minas nas estradas e em muitas áreas de retorno, bem como a falta de serviços básicos.

Está claro de que a partir do primeiro dia o governo deu prioridade do topo ‘a situação dos soldados desmobilizados e às suas famílias. Atribuiu-se responsabilidade a uma Comissão Especial para supervisionar o regresso e o reassentamento deste grupo específico.

A Comunidade Internacional tinha esperado o Governo pedir apoio em tratar da desmobilização, do regresso e do reassentamento dos antigos combatentes e suas famílias. Tal pedido, nunca foi de facto formulado. A oferta do Banco Mundial em assistir o reassentamento e a reintegração deste grupo, foi todavia aceite, tendo em conta que o envolvimento dessa Instituição Financeira Internacional limitar-se-ia à última parte do processo, a reintegração.

Assim, enquanto a Comunidade Internacional não estava suposta em ajudar, de facto ela ajudou realmente, mas de alguma maneira informal. As Nações Unidas tentaram negociar um acordo que lhes teria permitido operar nas áreas onde os antigos combatentes tinham sido reunidos. As Nações Unidas fizeram isso porque se tinha tornado muito claro de que requeria-se uma assistência adicional, mas não queriam agir sem o consentimento do Governo, já que eram necessários acordos sobre uma série de questões, especialmente sobre aquelas relacionadas à segurança. As autoridades Militares e Provinciais tinham também estado a aproximar-se às Agências das Nações Unidas e às ONGs com pedidos para ajuda, particularmente a ajuda alimentar, os medicamentos e o apoio médico. Depois de semanas de deliberações falhadas, as Nações Unidas decidiram começar a providenciar

assistência numa base de caso-por-caso, sem ter o benefício de um acordo formal. Desta forma, o Governo pude manter a sua reclamação de que eles estavam a responder totalmente pelas operações em relação aos antigos combatentes e às suas famílias, enquanto que as Agências Humanitárias achavam que a ajuda humanitária era imperativa, embora não totalmente satisfatória, tinham sido de algum modo salvos.

## **Acção e Reacção das autoridades durante a Segunda Fase**

Alguns comentários sobre a maneira em que o governo dirigiu, planificou e executou os programas de desmobilização e reintegração para os antigos combatentes e suas famílias.

1. Uma firme decisão parece ter sido tomada para “faça isso sozinho”, e mantém essa posição, mesmo quando se tinha tornado claro que a assistência providenciada pelas Agências Humanitárias teriam tornado as coisas mais fáceis. As Agências Humanitárias foram “autorizadas” a assistir, mas não oficialmente. Pode-se apenas especular acerca das razões. Podia ser desejo do Governo mostrar ao Povo Angolano e à Comunidade Internacional que eles tinham a capacidade e os meios para gerir todos os assuntos sem ajuda dos outros. Uma outra razão podia ser de mostrar aos antigos combatentes e suas famílias que o Governo cuidava verdadeiramente do seu bem-estar e futuro (possivelmente tencionava conquistar ou ganhar os corações e as mentes desse grupo politicamente muito importante e sensível).

2. O Governo tinha também aparentemente decidido ter a certeza de que tomar-se-ia conta do grupo na sua totalidade. Logo depois de se terem iniciado os esforços de mobilização, tornou-se claro que os números seriam muito maiores do que a cifra de 50.000 antigos

combatentes inicialmente “acordados”. No final, registaram-se mais de 100.000 antigos combatentes.

Isso tinha certamente alcançado mais consequências em termos de operações (número de áreas de acantonamento, logística e abastecimentos), mas, acima de tudo, em termos de financiamentos ou fundos requeridos. É interessante anotar que o Governo nunca lamentou ou questionou a validade das cifras mais elevadas.

3. Deu-se definitivamente uma prioridade cimeira a todo o processo. A garantia de que os antigos combatentes regressariam para as zonas de origem o mais rapidamente possível, pareceu ser uma questão de urgência. Assim, durante os últimos meses de 2002 e os primeiros meses de 2003, o governo em alturas diferentes anunciou os prazos finais por meio dos quais se fechariam as áreas de acantonamento. Enquanto esses anúncios causaram algum pânico em certas bases, as avaliações mais detalhadas de realidades no terreno levam o Governo a continuar em adiar a data de encerramento.

4. O Governo desejou claramente cumprir com as promessas feitas na altura da designação da MOU entre a UNITA e o Governo, mesmo se a mudança de direcção parecesse ser uma execução lógica e de facilitada do programa. Assim, depois da cifra dos antigos combatentes ter aumentado dramaticamente e ter-se tornado claro que alcançá-los em mais de 500 locais de retorno criaria problemas logísticos enormes, podia-se esperar que a decisão de providenciar um kite de reassentamento a cada antigo combatente fosse revista. As alternativas possíveis podiam ter sido pagamentos em dinheiro sonante (com vantagem acrescida de trazer dinheiro nas zonas rurais), ou a distribuição de kites nas zonas de acantonamento, em vez de serem entregues nos locais de regresso. As duas alternativas

teriam sido mais práticas e menos dispendiosas. Contudo, o Governo continuou ligado à sua promessa e ao seu plano originais.

5. Enquanto que os antigos combatentes e suas famílias estavam supostamente, em princípio para serem movimentados directamente das áreas de concentração para os seus locais de destino, na maioria dos casos isso não aconteceu. Desenvolveu-se um sistema em que eles foram movimentados em duas fases. Eles foram, em primeiro lugar, trazidos para os Centros Trânsito, normalmente localizados dentro ou junto das Capitais Provinciais. A system developed where they were moved in two phases. Compreendeu-se que os antigos combatentes permaneceriam nesses centros trânsito por um período máximo de 48 horas, tempo necessário para se prepararem para a partida. Os antigos combatentes e suas famílias permaneceram nos centros durante dias, geralmente durante semanas. Nos centros, os quais em quase todos os casos estiveram mal

8. Na maioria dos locais de retorno, os antigos combatentes encontram-se integrados com as populações residentes e com os IDPs regressados. Tal situação pode até criar sérias dificuldades quando forem implementados os programas de “grupos específicos” para os antigos combatentes.

9. A decisão do Governo em dar prioridade aos antigos combatentes liderarem isso para dedicarem grande parte, senão toda a sua capacidade, energia e financiamento em relação as soluções para essa categoria, deixando pouca atenção preciosa à situação difícil dos IDP's, que na maioria dos casos tiveram de defender-se sozinhos, embora que pudessem beneficiar do apoio providenciado pelas Agências Humanitárias.

## **O Caminho para o Futuro**

### **1. Apelo de 2004, sim ou não.**

Nesta fase é claro que mais tempo será necessário para terminar a Segunda Fase de transição. Existe ainda uma necessidade para assistência humanitária substancial a partir da Comunidade Internacional, já que os programas de retorno e reassentamento para as diferentes categorias de deslocados têm sofrido atrasos. Podia-se agora esperar que esses programas terminem nos meados de 2004, período de tempo durante o qual, diminuiria também significativamente a necessidade para a assistência humanitária.

Já na altura de preparação do CAP de 2003, tinha sido acordado que seria o último. Nessa fase, a decisão devia ser reconsiderada em reconhecimento ao facto de que pelo menos durante um período de tempo limitado as intervenções humanitárias contínuas serão necessárias. Dado o facto de que em 2004 o país entraria na Terceira Fase de Transição, podia-se reflectir no conteúdo do documento, assim como no seu título.

### **2. Diálogo.**

Não há dúvida de que particularmente durante o ano de 2003, realizou-se um bom progresso em termos de criação de condições para um diálogo mais frutífero entre as autoridades e a comunidade Internacional.

O Grupo de Coordenação Humanitária que é coordenado pelo Ministro de Assistência e Reinserção Social, e pelo Coordenador das Ajudas Humanitárias, encontrou-se / reuniu-se muitas vezes e provou providenciar um excelente fórum para o Governo, os Doadores, as ONGs e as Agências das Nações Unidas para engajar-se em discussões substanciais, incluindo as questões de coordenação.

Os contactos entre o governo e a Comunidade Internacional intensificaram-se também em questões importantes, tais como a preparação da Estratégia Interna de Redução da Pobreza e os Objectivos de Desenvolvimento do Milênio. A preparação de UNDAF das Nações Unidas (Estrutura de Assistência de Desenvolvimento das Nações Unidas), oferece uma outra oportunidade para fortalecer o diálogo, conforme se prevê além das Agências das Nações Unidas e do Governo, o envolvimento activo das ONGs e das comunidades de Doadores.

Entretanto, deve-se encorajar mais intensificação do diálogo, o que sem sombra de dúvida levará também a uma boa coordenação, entre o governo e a Comunidade Internacional.

### **3. Coordenação da Comunidade Internacional.**

Ao longo do tempo, estabeleceram-se numerosos fóruns de coordenação em Angola, quer ao nível central, quer ao nível provincial. O Escritório / a Direcção de OCHA em Luanda pode tomar maior credibilidade pelo facto das ajudas humanitárias estarem a funcionar bem e que têm contribuído muito para assegurar / garantir que se realizem os esforços humanitários no país ao longo de tantos anos terem sido eficazes e eficientes.

É extremamente importante que este sistema permaneça no lugar depois do Escritório de OCHA fechar, o que podia acontecer a qualquer altura em 2004. A OCHA, em conjunto com outras Agências das Nações Unidas, particularmente a UNDP, estão actualmente a trabalhar numa estratégia de saída para OCHA. As responsabilidades serão transferidas, tanto para o Governo, como para outras partes do Sistema das Nações Unidas. A participação activa das ONGs e dos Doadores na discussão garantirá um resultado positivo.

#### **4. Terceira Fase de Transição e de Mudança para o Desenvolvimento Sustentável**

É de algum modo infeliz, mas ao mesmo tempo não totalmente esperado que os problemas humanitários continuem a ser uma questão de preocupação em Angola por um período de tempo mais longo do que muitos podiam ter prognosticado e esperado. Muitos podem também ter prognosticado e esperado por desenvolvimentos a passos largos / mais velozes no campo. A reparação de estruturas tem sido sem sombra de dúvidas lenta, como tem sido o restabelecimento de estruturas nas províncias e o fornecimento de serviços sociais básicos. O desafio agora é ter a certeza de que essas questões serão abordadas adequadamente, esperando-se que venha a ser dentro da estrutura de uma reabilitação implementável em médio prazo, dentro dos programas de reconstrução e recuperação, que devem de forma ideal fazer parte ou estarem bem ligados a um I-PRSP. É igualmente importante que a execução de tais programas seja acelerada. Deve dar-se elevada prioridade as actividades de acção de minas e aos programas tencionados à restauração do Sector Agrícola Nacional.

Assim, a partir do princípio de 2004, deve estabelecer-se um balanço / equilíbrio adequado em termos de aplicação de capacidades e financiamento às actividades humanitárias, de recuperação e de desenvolvimento.

Seria certamente errado deixar a velocidade / aceleração com que serão implementados os programas de recuperação, reabilitação, reconstrução e desenvolvimento, dependendo do resultado de uma possível conferência de doadores, já que ainda não se decidiu quando é que tal conferência se realizaria. Ao mesmo tempo, está claro que a implementação da recuperação prioritária e dos programas de desenvolvimento são essenciais para ajudarem a trazer a situação humanitária sob controlo.

## **5. Objectivos e Responsabilidades (divisão laboral).**

Um número suficiente de avaliações e estudos encontra-se actualmente disponível para permitir ao Governo e à Comunidade Internacional terem uma ideia clara do ponto em que se encontram as prioridades nas áreas humanitárias, de recuperação e de desenvolvimento. A este ponto, o diálogo entre as duas partes deve ter desenvolvido até certo ponto em que seja possível e lógico (mas, certamente desejável) para o Governo e a comunidade Internacional reunirem-se e discutirem essas prioridades, formas e esses meios para se poder avançar. Deve também ser possível concordar sobre quem vai fazer o quê, quando e como.

Durante a preparação do CAP de 2002, o Governo e a Comunidade Internacional foram capazes de desenvolver e acordar sobre os chamados Alvos / Objectivos de Parceria. Este foi um exercício através do qual atribuíram-se e concordou-se com as responsabilidades e acções. A constituição Angolana e as leis constituíram a base para a discussão e os

argument37269ba

r

g

u

m

## **B. Segurança e Direitos Humanos.**

Esta componente podia incluir as respostas em relação às questões, as quais até aqui ainda não foram totalmente abordadas, mas que podiam contribuir para uma segurança e estabilidade reforçadas.

**1. Estruturas Administrativas Locais.** É importante que as administrações locais tenham as capacidades e os meios requeridos para serem capazes de assistir eficazmente os programas de regresso e de reassentamento, reforçar a estabilidade e ajudar a criar um ambiente que possibilita o desenvolvimento sócio-económico. O Governo está engajado num programa ambicioso de descentralização que já recebe assistência a partir da Comunidade Internacional. Deve dar-se prioridade na expansão e no fortalecimento da rede existente de administrações locais.

**2. Registo Civil:** Um grande número de Cidadãos Angolanos ainda não tem documentação adequada. Isto cria problemas enormes para a população, já que sem isso, o acesso aos serviços básicos, como a saúde e a educação, bem como as actividades económicas, o acesso é seriamente limitado ou totalmente negado. Além disso, essas pessoas que estão sem uma cartão / Bilhete de Identidade são vulneráveis à violação e às injustiças. Deve-se implementar medidas urgentes para assegurar-se que todos os Cidadãos Angolanos sejam devidamente registados e lhes sejam atribuídos cartões / Bilhetes de identidade. A Comunidade Internacional está certamente desejosa em apoiar um programa que abordasse rapidamente essa questão.

**3. Reforma de Políticas:** A maioria dos países de pós-conflitos tem dado elevada prioridade na modernização (ou reforma) das suas forças políticas, já que há reconhecimento do facto de que existe uma necessidade de redefinir o papel, a posição e as tarefas das políticas depois da guerra. Em termos simples, a ideia é de mudar a forma de política e de controlo para uma força de serviços.

**4. Direitos e Obrigações.** A Constituição e as Leis Angolanas descrevem em detalhe os direitos do Cidadão Angolano. A questão é que muito poucos Angolanos conhecem o quadro jurídico do país. Na maioria dos casos quando os cidadãos estiverem em contacto com as autoridades, faz-se-lhes lembrar das suas obrigações, em vez de recordá-los dos seus direitos. O facto do sistema judicial do país ser muito fraco não ajuda.

Os tempos de Guerra falando no sentido geral, não são melhores Alturas para as autoridades se engajarem na educação do público sobre os seus direitos básicos. Contudo, uma vez que há paz, esse é precisamente o momento que isso deve acontecer. Pelo contrário, a explicação e a educação serão realizadas principalmente pela chamada sociedade civil. Uma situação pode desenvolver-se onde as autoridades fazem lembrar os cidadãos das suas obrigações e a sociedade civil fá-los lembrar dos seus direitos. Seria, com certeza, muito melhor, se educar e lembrar fossem vistos como um esforço conjunto. O governo e a Sociedade Civil bem podem chegar a uma conclusão de que informando apropriada e adequadamente à população Angolana sobre os seus direitos básicos seria uma melhor responsabilidade e um melhor esforço.

### **C. Serviços Sociais Básicos**

Tanto para o sector da saúde, como para o sector da educação, os programas podiam ser desenvolvidos com vista a rapidamente melhorar os sistemas em termos de aumento de número de pontos de serviço durante uma primeira fase. Durante essa fase, podia implementar-se um programa de emergência de edificação de capacidades, o qual durante uma segunda fase permitiria um processo de desenvolvimento gradual da qualidade dos serviços a serem prestados.

### **D. Reabilitação de Infra-estruturas Físicas**

Dado o nível de destruição de infra-estruturas físicas do país, provavelmente não vai ser fácil definir as prioridades.

Contudo, não há dúvida que a acção de minas vai permanecer uma prioridade durante os próximos anos.

Ao estabelecer as prioridades, deve dar-se consideração às questões tais como, se a preferência deve ser dada em utilizar o potencial humano sobre a utilização de equipamento pesado, e se através da focalização sobre as áreas mais pobres os desequilíbrios regionais podiam ser eliminados.

### **E. A Recuperação Económica e o Desenvolvimento**

Esta é até aqui, a componente mais complexa, já que desenvolver programas nesta área não apenas requiere uma visão a longo prazo, como também decisões a curto prazo no concernente ao relacionamento do país com o mundo exterior. Angola terá de decidir se quer um relacionamento “normal” com o FMI, terá de definir a sua posição na região, (particularmente com os seus parceiros da SADEC), mas, muito mais importante, terá de

decidir sobre como o futuro rendimento dos sectores de petróleo e diamante será utilizado. Existe ainda uma questão adicional, se os outros sectores económicos podem e devem ser desenvolvidos para providenciar Angola com uma base económica mais diversificada. Realmente, os estudos recentes indicaram que os países com excesso de confiança sobre os recursos naturais e as indústrias extrativas são os mais vulneráveis a conflitos e violência crónicas, uma realidade triste que os Angolanos conhecem bem na sua totalidade.